



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Novembro de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em novembro de 2025. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

| | |
|-----------------|--------------------|
| Bolívia | 2 |
| Brasil | 3 |
| Colômbia | 7 |
| Equador | 9 |
| Guiana | 11 |
| Peru..... | 12 |
| Suriname | 14 |
| Venezuela | 15 |
| OTCA | 16 |

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No mês de novembro, o novo governo boliviano já demarcou uma série de mudanças na política externa e na política interna. No dia 8, Rodrigo Paz assumiu como presidente do Estado Plurinacional e, a partir de então, começou a implementar transformações importantes, muitas das quais impactam a Amazônia. Poucos dias após assumir, o presidente dissolveu o Ministério de Meio Ambiente e Água e declarou que suas funções serão agora executadas pelos Ministérios de Planejamento e de Desenvolvimento e Produção Rural [1]. Esses dois ministérios são hoje dirigidos por pessoas ligadas ao agronegócio boliviano, o que preocupa lideranças socioambientais [2]. Paz também criou uma unidade de emergência das Forças Armadas para combater incêndios florestais e, mais amplamente, para atuar na proteção ambiental e na defesa de áreas naturais e reservatórios nacionais [3].

No plano internacional, teve destaque a ida da delegação boliviana à COP30. A delegação foi liderada pelo vice-presidente, Edmand Lara, e por Óscar Mario Justiniano, Ministro do Desenvolvimento Produtivo. As autoridades afirmaram que a Bolívia chegou à COP30 com “uma postura distinta”, mais aberta ao mundo e com compromissos ambientais [4]. Ambos se reuniram com o secretário-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Martín Von Hildebrand. A reunião foi focada em assuntos como o impulso da agenda de povos indígenas na Amazônia, o monitoramento conjunto para o combate ao desmatamento e a proteção dos rios e corpos hídricos da bacia amazônica [5]. Durante a Conferência do Clima, no plano bilateral, destacou-se anúncio do acordo do governo boliviano com o Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) para a reativação de um fundo de 15 milhões de dólares não reembolsáveis, destinado a ações de combate a incêndios florestais, recuperação de áreas degradadas e impulso a projetos de bioeconomia [6]. Ainda durante o evento, também foi realizada uma reunião entre representantes do estado brasileiro do Acre com o alto escalão do governo boliviano sobre governança climática e, mais especificamente, sobre REDD+ [7].

Ao longo do mês, repercutiram notícias sobre estudos que mostraram, uma vez mais, os impactos nocivos da mineração ilegal nos rios da Amazônia boliviana – e, em especial, no rio Pilcomayo [9]. Estudos também mostraram o impacto nocivo da mineração ilegal na contaminação da saúde de mulheres bolivianas, principalmente mulheres indígenas [10]. Repercutiu, também, o lançamento do novo relatório do Fórum

Brasileiro de Segurança Pública. A pesquisa apontou, entre outros pontos, que a fronteira entre Guajará-Mirim (Brasil) e Guayaramerín (Bolívia) é a um dos principais fluxos de mercúrio ilegal para uso no garimpo na Amazônia [11]. Cabe mencionar que, desde o dia da posse de Rodrigo Paz, organizações indígenas, principalmente do departamento de La Paz, vêm solicitando diálogo com o novo governo para demandar o cancelamento das solicitações de mineradoras para operar na Amazônia boliviana [12]. Por fim, no final do mês, houve o transbordamento de afluentes do Rio Madeira após fortes chuvas [13].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-amazonia/amazonia-en-breve/nuevo-presidente-boliviano-acaba-con-su-ministerio-de-ambiente/>
- [2] Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/bolivia-joga-no-lixo-a-sua-oportunidade-para-governanca-ambiental/>
- [3] Disponível em: <https://www.reduno.com.bo/noticias/paz-crea-unidad-de-emergencia-de-las-ff-aa-para-combatir-incendios-forestales-20251127204820>
- [4] Disponível em: <https://www.laregion.bo/bolivia-confirma-su-participacion-en-la-cop30-con-una-postura-de-economia-verde-y-apertura-internacional/>
- [5] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2025/11/19/bolivia-se-reune-con-la-presidencia-de-la-cop30-para-fortalecer-la-cooperacion-climatica-amazonica/>
- [6] Disponível em: [https://www.eldia.com.bo/2025-11-19/economia/bolivia-y-banco-aleman-acuerdan-reactivar-un-fondo-no-reembolsable-de-\\$us-15-millones.html](https://www.eldia.com.bo/2025-11-19/economia/bolivia-y-banco-aleman-acuerdan-reactivar-un-fondo-no-reembolsable-de-$us-15-millones.html)
- [7] Disponível em: <https://acrenews.com.br/acre-e-bolivia-fortalecem-dialogo-bilateral-sobre-clima-e-redd-jurisdiccional-em-reuniao-estrategica-na-cop30/>
- [9] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2025/11/imagenes-satelitales-estudios-cientificos-revelan-devastacion-rios-america-latina/>
- [10] Disponível em: <https://www.business-humanrights.org/pt/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/bolivia-estudios-acad%C3%A9micos-revelan-presencia-de-mercurio-en-mujeres-ind%C3%ADgenas-amaz%C3%B3nicas-las-causas-ser%C3%ADan-atribuidas-a-la-miner%C3%ADa-ilegal/>
- [12] Disponível em: <https://www.laregion.bo/pueblos-indigenas-y-dos-municipios-piden-al-presidente-paz-impedir-la-mineria-en-sus-territorios/>
- [13] Disponível em: <https://www.jornalrondonia.com/geral/video-mostra-afluentes-do-rio-madeira-transbordando-na-bolivia-apos-fortes-chuvas-e-preocupa-rondonia/21088>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Nos dias 6 e 7 de novembro, o Brasil sediou a Cúpula dos Líderes, evento preparatório para a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês), em Belém do Pará. A cúpula reuniu cerca de 40 chefes de Estado e governo, que foram recepcionados pelo presidente

do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. No evento, Lula lançou o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês), cuja criação era negociada internacionalmente pelo Brasil desde 2023. Trata-se do primeiro mecanismo internacional para captar recursos públicos e privados para remunerar governos pela preservação de florestas tropicais na América Latina, na África e na Ásia, com base em monitoramento de satélite e pagamento por hectare preservado [1].

O TFFF recebeu um aporte inicial de US\$ 5,6 bilhões nos seus primeiros dias, a partir de investimentos anunciados por Brasil, Noruega, Alemanha, França e a fundação australiana Munderoo. Os recursos serão aplicados no mercado financeiro e seus lucros serão direcionados ao projeto. O Banco Mundial administrará os repasses a governos dos países do Sul interessados em aderir ao TFFF. Ao menos 20% dos repasses deverão ser destinados pelos governos nacionais a povos indígenas e comunidades tradicionais que habitam florestas tropicais [2].

Em seguida, entre os dias 10 e 22 de novembro, ocorreu a COP-30, presidida pelo embaixador André Corrêa do Lago. Delegações de 195 países compareceram ao evento, entre representantes de governos e da sociedade civil, com destaque para um comparecimento sem precedentes de povos indígenas [3]. No discurso de abertura do evento, Lula conclamou os países a lançarem Contribuições Nacionalmente Determinadas de redução de gases de efeito estufa que fossem ambiciosas, defendeu que transições ambientais justas devem reduzir assimetrias entre países do Norte e do Sul, apoiou a elaboração de “mapas do caminho” para reduzir o uso de combustíveis fósseis e o desmatamento, criticou a desinformação virtual sobre mudanças climáticas e voltou a sugerir que, para haver uma governança global mais robusta, deve ser criado um Conselho do Clima, vinculado à Assembleia Geral da ONU [4].

As duas semanas de negociação resultaram na aprovação de uma série de documentos, chamada de “Pacote de Belém” [5], os quais incluíram:

1. a Decisão Mutirão, declaração política final que enfatiza que ações de implementação de compromissos climáticos devem ser intensificadas;
2. o Acelerador de Implementação Global, com propostas para transformar os compromissos climáticos em ações práticas por parte de governos nacionais e subnacionais, empresas, investidores e organizações da sociedade civil;

3. o Mecanismo de Belém para a Transição Global Justa, novo instrumento da UNFCCC para facilitar a cooperação técnica para países incluírem temas de equidade em seus compromissos climáticos, como a requalificação de trabalhadores de setores intensivos em carbono, que tendem a perder empregos em face dos esforços de descarbonização das economias;
4. o Plano de Ação de Gênero, que incentiva compromissos climáticos sensíveis à realidade de mulheres indígenas, afrodescendentes e rurais;
5. a adoção de 59 indicadores voluntários para medir avanços da Meta Global de Adaptação a partir de análises em todos os países;
6. um acordo para países ricos triplicarem o financiamento à adaptação climática em países pobres, na direção de US\$ 120 bilhões anuais;
7. o Programa de Implementação de Tecnologia, para apontar prioridades tecnológicas dos países em desenvolvimento;
8. o Plano de Ação de Saúde de Belém, com medidas para fortalecer sistemas de saúde resilientes às mudanças do clima.

Além disso, anúncios feitos por grupos de países incluíram:

1. o lançamento da Declaração de Belém sobre Industrialização Verde Global, para coordenar ações para descarbonizar indústrias, apoiada por Brasil, Reino Unido, Austrália, Alemanha, Reino Unido, Coreia do Sul, Indonésia e África do Sul [6].
2. a criação da Coalizão Aberta de Mercados Regulados de Carbono, para integrar o comércio de créditos de carbono fiscalizado por instituições públicas, apoiada por Brasil, China, Reino Unido, Canadá, Alemanha, Chile e México [7];
3. o Fórum Integrado sobre Mudança do Clima e Comércio, para coordenar políticas comerciais alinhadas ao clima, lançado pelo Brasil [8];
4. o Compromisso Intergovernamental de Posse da Terra, para fortalecer direitos territoriais de povos indígenas e comunidades locais, liderado pelo Brasil [14];

5. a Declaração sobre Integridade da Informação sobre Mudanças Climáticas, para combater a desinformação virtual, assinada por Brasil, Chile, Uruguai e países da OCDE [9].

Por sua vez, a presidência da COP30 lançou o documento “Mapa do Caminho Baku-Belém”, que prevê medidas para mobilizar US\$ 1,3 trilhão anuais em financiamento climático até 2035 para países em desenvolvimento, as quais serão desenvolvidas por um grupo de trabalho nos próximos dois anos [10]. Contudo, a despeito das declarações de apoio feitas por Lula em seu discurso de abertura, não houve consenso para aprovar “mapas do caminho” para reduzir o uso de combustíveis fósseis e o desmatamento [11].

Ainda no contexto da COP30, no dia 12 de novembro, foi aberta oficialmente a Cúpula dos Povos. O encontro reuniu cerca de 1,3 mil movimentos sociais e populares do mundo todo. Os discursos realizados durante o evento criticaram a falta de participação popular, assim como as soluções ineficientes apresentadas ao longo da conferência, de maneira que, segundo os palestrantes e outros participantes, os países responsáveis pelas decisões a serem tomadas estariam se omitindo sistematicamente e apresentando falsas soluções climáticas devido ao aprofundamento da desigualdade resultante desses arranjos [12].

Após a COP-30, Lula compareceu à cúpula de chefes de Estado do G20, realizada nos dias 22 e 23 de novembro, em Johannesburgo, na África do Sul. Tratou-se da primeira cúpula do grupo realizada no continente africano. A Declaração de Líderes aprovada no encontro salientou a importância de cooperações para o financiamento climático, bem como para a redução de desigualdades sociais e a proteção de minorias vulneráveis. O Brasil, por ter presidido o G20 em 2024, integrou a *troika* que coordenou os trabalhos, também formada pela África do Sul e pelos EUA, que exercerá a presidência rotativa do G20 em 2026. Porém, o presidente dos EUA, Donald Trump, não compareceu ao evento, que teve como lema “Solidariedade, Igualdade e Sustentabilidade”. Em discurso na primeira sessão da cúpula, Lula declarou que o funcionamento do G20 como instância de diálogo e coordenação está ameaçado, diante de protecionismos e unilateralismos que dificultam a discussão dos grandes temas da atualidade [13].

Referências

- [1] Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/lideres-mundiais-se-reunem-para-discutir-desafios-e-compromissos-no-enfrentamento-da-mudanca-do-clima-em-belem-confira-a-programacao-1>
- [2] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/11/noruega-promete-investir-us-3-bi-em-fundo-para-preservacao-de-florestas-criado-pelo-brasil.shtml>
- [3] Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/cop-com-maior-participacao-indigena-da-historia-viabiliza-protecao-de-territorios-e-mecanismos-de-fortalecimento-da-pauta>
- [4] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/11/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-cop30-em-belem-pa>
- [5] Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/cop30-aprova-o-pacote-belem>
- [6] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/11/14/lideres-lancam-na-cop30-declaracao-para-industrializacao-verde-global/>
- [7] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/cop30-amazonia/noticia/2025/11/13/coalizacao-para-mercado-de-carbono-atrai-potencias-globais.ghtml>
- [8] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/lancamento-do-forum-integrado-de-comercio-e-mudanca-do-clima-ifcct
- [9] Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/iniciativa-global/declaracao-sobre-a-integridade-da-informacao-sobre-mudanca-do-clima>
- [10] Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/presidentes-da-cop29-e-cop30-apresentam-mapa-do-caminho-de-baku-a-belem-para-mobilizar-us-1-3-trilhao-em-financiamento-climatico>
- [11] Disponível em: <https://apublica.org/2025/11/cop30-acaba-sem-mapa-para-fim-de-fosseis-avanca-em-adaptacao-transicao-justa-e-indigenas/>
- [12] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-11/cop30-cupula-dos-povos-critica-omissao-de-paises-na-tomada-de-decisao>
- [13] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/11/22/cupula-do-g20-na-africa-do-sul-adota-declaracao-sobre-crise-climatica-apesar-de-boicote-dos-eua.ghtml>
- [14] Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2025/11/brasil-lidera-compromisso-global-historico-e-anuncia-a-regularizacao-e-protecao-de-63-milhoes-de-hectares-de-terras-indigenas-e-quilombolas-ate-2030-1>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 12 de novembro, em meio à Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), a ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Irene Vélez Torres, assinou um memorando de entendimento com o governador da Califórnia, Gavin Newsom. O acordo fortalece a cooperação técnica e política entre os governos e tem duração de cinco anos. Segundo a ministra, a formação dessa aliança representa o intercâmbio “de experiências em soluções

baseadas na natureza e na participação das comunidades locais”, de cooperação acerca de mecanismos de monitoramento de metano e da agenda de transição energética [1]. Além desta, no dia 13 de novembro, durante a reunião dos ministros do Meio Ambiente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Torres convidou os países membros a construir a Aliança Amazônica pela Vida. Centralizando a justiça ambiental e a paz com a natureza, a iniciativa tem como objetivo proteger a região de atividades extrativistas ilegais e promover a transição energética justa e sustentável.

Ainda às margens da COP30, no dia 21 de novembro, o governo colombiano, sob a liderança do Ministério de Torres, lançou a Declaração de Belém sobre a Transição para além dos Combustíveis Fósseis. Visando pressionar a presidência brasileira a entregar um “resultado ambicioso e crível”, o documento reconhece que a produção, o consumo, a emissão de licenças de exploração e os incentivos aos combustíveis fósseis são incompatíveis com as metas globais de frear as mudanças climáticas. Contando com a adesão inicial de 24 países, a declaração foi construída a partir de uma coalizão de 35 Estados liderados pela Colômbia. Para haver a aceleração de uma transição energética justa, o documento defende meios de implementação adequados, como financiamento e transferência de tecnologia [3]. Além disso, por meio do documento, o governo colombiano anunciou que sediará a Primeira Conferência Internacional para a Eliminação Progressiva de Combustíveis Fósseis. A ser realizado nos dias 28 e 29 de abril de 2026, na cidade de Santa Marta, o evento foi fruto de uma parceria entre a Colômbia e os Países Baixos [4].

Já em 22 de novembro, o governo colombiano, em parceria com o brasileiro, promoveu uma “operação binacional sem precedentes” contra a mineração ilegal na região amazônica. Responsável pela destruição de 14 “super-dragas” utilizadas para a extração de minérios, a Operação Amazônia Livre II ainda apreendeu três rebocadores, uma retroescavadeira, 4.800 galões de gasolina e 2,5 quilos de mercúrio. Sendo oito alvos em território colombiano e 6 no Brasil, a ação inabilitou a extração de cerca de 6 quilos de ouro por mês ou aproximadamente 9 milhões de dólares mensais [5].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-y-california-sellan-alianza-historica-por-la-accion-climatica-y-la-proteccion-ambiental/>

[2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-primer-pais-en-declarar-la-amazonia-como-zona-libre-de-gran-mineria-e-hidrocarburos/>

[3] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-presenta-declaracion-de-belem-y-convoca-conferencia-global-sobre-combustibles-fosiles/>

[4] Disponível em: <https://www.elespectador.com/ambiente/primer-conferencia-global-para-eliminar-combustibles-fosiles-se-realizara-en-santa-marta-en-2026/>

[5] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-y-brasil-ejecutan-operacion-historica-contramineria-ilegal-y-fortalecen-defensa-de-la-amazonia/>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 6 de novembro, o Ministério de Ambiente e Energia (MAE) do Equador anunciou as linhas gerais de atuação do país na COP 30, realizada em Belém, no Brasil [1]. Dentre as diretrizes gerais, estavam: a cobrança de compromissos claros e verificáveis de financiamento por parte dos países desenvolvidos; o não-apoio a critérios que incluam métricas de mitigação; a escolha de indicadores compatíveis com o contexto nacional; a proposta de parâmetros comuns para países em desenvolvimento; e a manutenção de responsabilidades para países desenvolvidos e em desenvolvimento. Com isso, o governo buscou garantir a proteção de alguns setores estratégicos, como o agrícola, além de fortalecer ações de mitigação convergentes com a realidade do país.

No dia 7, a vice-presidenta María José Pinto, declarou que a mineração ilegal de ouro, o desmatamento e a violência estão destruindo a Amazônia [2]. Nas declarações, a vice-presidenta destacou que o governo equatoriano quer avançar em acordos estratégicos com o Brasil para instalar bases nas províncias de Sucumbiós e Orellana para combater o crime transnacional na Amazônia. A vice-presidenta enfatizou que o governo visa a proteção das comunidades locais, com ênfase nas crianças e adolescentes, e a promoção de cooperação transnacional e de políticas educacionais na região.

Além disso, uma notícia divulgada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 11 de novembro apontou que aproximadamente 2.356 hectares de florestas localizadas nas províncias de Pastaza, Morona Santiago e Zamora Chincipe se encontram em processo de restauração ecológica [3]. As ações, que foram coordenadas pelo MAE, em parceria com o PNUD e comunidades locais, responderam a objetivos fixados pelo Projeto Nacional de Restauração da Paisagem (PNRP) e pelo Projeto de Pagamento por Resultados REDD+ Equador (PPR). As lideranças destacaram que a restauração florestal é uma solução natural frente às mudanças climáticas e que a participação das comunidades é essencial para a construção de práticas sustentáveis.

Cerca de 790 pessoas e suas famílias, das quais 45% são mulheres, serão beneficiadas pela restauração.

Durante a COP 30, realizada em Belém, no Brasil, a titular do MAE, Inés Manzano, assegurou que o Equador “não abrirá mão” de suas reservas de petróleo e gás [4]. A ministra declarou que os prazos para abandonar os hidrocarbonetos não é factível, considerando a estrutura econômica e energética do Equador. Nas palavras de Manzano, as empresas Petroecuador, *Corporación Eléctrica del Ecuador (CELEC)* e as mineradoras são as principais contribuidoras do orçamento estatal, o que tornaria o abandono dessas práticas “inviável” no curto prazo.

Manzano afirmou também que o presidente Noboa planeja duplicar a produção de gás natural até 2026, com ênfase em projetos de exploração marítima, e que o país precisa de financiamento internacional em condições mais ágeis para garantir recursos para proteção de biomas, como a Amazônia. A participação do Equador na COP 30 esteve marcada, ainda, por manifestações de organizações indígenas que questionaram o avanço de práticas extrativistas e do crime organizado na região amazônica.

Entre os dias 27 e 28 de novembro, representantes de Equador, Peru, Brasil e Colômbia se reuniram no evento “Vozes e Saberes: Encontro Regional para uma Produção Responsável na MAPE” [5]. O evento debateu estratégias de transição para práticas de mineração artesanal e de pequena escala livre de mercúrio com foco em dinâmicas de gênero e sustentabilidade e tecnologias limpas. O evento faz parte do projeto [PlanetGold](#) Ecuador liderado pelo MAE e implementado em parceria com o PNUD, financiado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF).

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.primicias.ec/ciencia-tecnologia/ecuador-lineas-rojas-negociaciones-cop30-brasil-cambio-climatico-108844/>
- [2] Disponível em: <https://www.ecuavisa.com/noticias/politica/ecuador-exige-acciones-salvar-amazonia-cop-30-brasil-AL10392112>
- [3] Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/paisajes-que-renacen-la-amazonia-ecuatoriana-florece-con-la-restauracion-ecologica-de-sus-bosques>
- [4] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2025/11/19/la-ministra-de-ambiente-de-ecuador-en-la-cop30-no-renunciaremos-a-nuestras-reservas/>
- [5] Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/ecuador-brasil-colombia-y-peru-compartieron-experiencias-exitosas-hacia-una-produccion-sostenible-en-la-mape>

Guiana

Por Guilherme Fritz

Em novembro, a cidade de Belém, capital do Estado do Pará, no Brasil, sediou a 30ª Conferência do Clima da ONU (COP30). A reunião ocorreu entre os dias 10 e 21 de novembro, porém, anteriormente, nos dias 6 e 7, chefes de Estado do mundo inteiro reuniram-se em Belém para iniciarem as tratativas da conferência na Cúpula dos Líderes. O presidente da Guiana, Irfaan Ali, esteve presente e, na ocasião, afirmou que a COP30 não é uma convenção de fachada¹, como muitos críticos alegam, pois é o único fórum global viável para discutir a questão [2].

Irfaan Ali pontuou três áreas prioritárias que poderiam ajudar na construção de uma saída global para as mudanças climáticas: 1) acelerar a transição energética sem deixar de expandir a segurança energética; 2) fazer das florestas a prioridade máxima; e 3) avançar na adaptação financeira. Nas palavras do próprio Ali:

Se nos comprometermos a rejeitar o extremismo e, em vez disso, promover a colaboração, se fizermos com que nossas burocracias acelerem a inovação, em vez de a sufocarem, se liberarmos as opções de financiamento que são acessíveis e disponíveis, então, mais de 30 anos depois do Rio, Belém será o ponto de virada em que o mundo passará das promessas ao progresso. (tradução nossa) [2].

Posteriormente, já durante a COP30, a Guiana e os demais países amazônicos², lançaram o projeto³ *Amazonia Forever Facility for Cities and Resilient Infrastructure*, cujo objetivo é arrecadar investimentos destinados a projetos de infraestrutura regional. Em termos numéricos, o objetivo inicial é arrecadar cerca de US\$ 1 bilhão e, atualmente, os principais doadores são: Noruega, Dinamarca, Suécia, *The Spanish Agency for International Development Cooperation* (AECID) e alguns programas ligados ao *Inter-American Development Bank Group* (IDB) [3].

Referências

[1] Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2025/11/cupula-do-clima-reune-chefes-de-estado-as-vesperas-do-inicio-da-cop-30>.

¹ No texto original, Ali utiliza a expressão “*rubber stamp*”, cuja intenção é metafórica e implica em “processos automáticos”, sem crítica e etc. Ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2025/11/cupula-do-clima-reune-chefes-de-estado-as-vesperas-do-inicio-da-cop-30>.

² Brasil, Bolívia, Equador, Guiana, Peru e Suriname.

³ Centro Amazonia Forever para Cidades e Infraestrutura Resiliente (tradução nossa)

[2] Disponível em: <https://op.gov.gy/cop30-must-move-the-world-from-promises-to-progress-president-ali/>.

[3] Disponível em: <https://demerarawaves.com/2025/11/11/guyana-among-amazon-countries-hoping-to-raise-us1-billion-for-infrastructure-projects/>

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

A participação na COP30 foi o principal compromisso da agenda da diplomacia e do Ministério do Meio Ambiente (MINAM) peruanos no mês de novembro. Durante o evento, o Peru reforçou seu compromisso climático com metas mais ambiciosas no que tange à conservação da Amazônia. O país atualizou suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), fixando a meta de não ultrapassar 179 milhões de toneladas de CO₂ até 2035, além de se comprometer em dar maior destaque na agenda governamental para temas como as migrações climáticas e a criação de empregos verdes [1].

Segundo os representantes diplomáticos na COP30, a estratégia central inclui os projetos REDD+ e o Programa REDD+ Indígena Jurisdiccional, que reconhecem a proteção de milhões de hectares por povos indígenas [2]. Além disso, foi apresentada a iniciativa “Paquete País”, projetada pelo MINAM junto com seis governos regionais amazônicos e organizações dos povos originários para mobilizar financiamento para conservação, restauração e desenvolvimento sustentável [3]. Os diplomatas peruanos explicitaram, ainda, o apoio do país ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), iniciativa impulsionada pelo governo brasileiro que pode gerar investimentos globais destinados à conservação florestal [4].

Especialistas e representantes de movimentos sociais, no entanto, teceram fortes críticas ao descompasso entre o discurso do governo na COP30 e as suas práticas. Uma pesquisa do Instituto Peruano de Economia (IPE) demonstra que, em 2025, a mineração ilegal movimentou cerca de US\$ 12 bilhões, o que equivale ao triplo do montante movimentado em 2023 e passou a representar aproximadamente 66% de todas as economias ilícitas no país. Isso significa que a expansão descontrolada da mineração ilegal se tornou a principal economia ilícita do país, superando até mesmo o narcotráfico em movimentação financeira e atuando com logística e organização industrial. A floresta amazônica e os povos que a habitam são aqueles que mais fortemente sofrem as consequências desse processo [5].

A participação do Peru na COP30 foi criticada por ambientalistas por não apresentar uma proposta para enfrentar o problema. Além disso, os recursos governamentais para enfrentar os impactos ambiental e climático dessas atividades ilícitas são insuficientes diante da dimensão dos problemas. De acordo com um estudo conduzido pelo *Movimiento Ciudadano frente al Cambio Climático* (Mocicc), durante os últimos 10 anos, o país destinou menos do que 12% dos recursos necessários para cumprir com os seus compromissos climáticos [6]. Essa falta de empenho se reflete no fato de que o Peru ocupa o quinto lugar no ranking de países que mais promovem desmatamento no mundo. Segundo dados publicados pela *Global Forest Watch* em 2024, o desmatamento se ampliou em uma área de 190 mil hectares em 2024, o que representou um aumento de 135% em relação ao ano anterior [7].

Essa trajetória negativa tende a se agravar, se analisarmos as perspectivas para o próximo ano. O novo presidente da República empossado em outubro, José Jeri, apresentou este mês o orçamento para 2026, que prevê uma redução de 17,5% para a pasta do MINAM em relação ao previsto para 2025. A política ambiental terá acesso a cerca de 987,1 milhões de soles, o que equivale a 293,7 milhões de dólares [8].

Além da participação na COP30, houve um encontro bilateral, no dia 8 de novembro, entre as diplomacias de Peru e Brasil. Os países decidiram intensificar a cooperação bilateral no combate ao crime organizado transnacional, especialmente no contexto da região amazônica e das fronteiras compartilhadas. Essa decisão foi tomada durante a IV Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) com a União Europeia (UE), realizada na Colômbia, onde o ministro de Relações Exteriores do Peru, Hugo de Zela, se reuniu com seu homólogo brasileiro, Mauro Vieira [10].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1298303-cop30-peru-refuerzo-su-ambicion-climatica-y-mecanismos-de-financiamiento-para-conservar-los-bosques>
- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1289025-cop-30-destacan-modelo-peruano-de-conservacion-de-bosques-con-participacion-de-comunidades-indigenas>
- [3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1291891-cop30-peru-presenta-propuesta-para-proteger-nuestra-amazonia-y-reducir-emisiones>

- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1298303-cop30-peru-refuerzo-su-ambicion-climatica-y-mecanismos-de-financiamiento-para-conservar-los-bosques>
- [5] Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2025/12/11/peru-ve-un-pais-tomado-por-las-economias-ilicitas-94-vincula-corrupcion-con-mineria-ilegal-tala-y-narcotrafico/>
- [6] Disponível em: <https://larepublica.pe/economia/2025/11/21/cop30-peru-llega-con-aumento-record-de-deforestacion-y-lideres-indigenas-exigen-participacion-hnews-1807071>
- [7] Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2025/09/24/latinoamerica-lidera-el-ranking-de-deforestacion-de-selva-tropical-en-el-mundo-el-alarmante-puesto-que-ocupa-peru/>
- [8] Disponível em: <https://comunicaciones.congreso.gob.pe/noticias/gabinete-ministerial-sustenta-ante-el-pleno-del-congreso-ley-de-presupuesto-2026/>
- [9] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1284627-peru-y-brasil-deciden-fortalecer-la-cooperacion-contr-el-crimen-internacional-organizado>

Suriname

Por Guilherme Fritz

No dia 5 de novembro, às vésperas da COP30, a presidente do Suriname, Jennifer Geerlings-Simons, veio ao Brasil para o encontro de chefes de Estado que precedeu o evento principal e oficial da própria COP30: a Cúpula dos Líderes. Na data em questão, a presidenta do Suriname teve uma reunião bilateral com o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. O encontro serviu para reforçar a parceria entre os países vizinhos. Ambas as lideranças concordaram em programar uma nova visita de trabalho até o mês de fevereiro de 2026. Na ocasião, o presidente Lula afirmou que designaria a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, para participar da cerimônia de comemoração dos 50 anos da independência do Suriname [1].

O Suriname é um dos únicos três países do mundo com emissão negativa de carbono, de maneira que, a despeito de seu tamanho e de suas capacidades limitadas em relação aos demais países, acaba representando uma voz ímpar em meio ao debate global sobre a questão climática. A economia de baixa complexidade do Suriname — pouco valor agregado dos bens produzidos — é constituída pela exploração de recursos minerais e sua exportação, principalmente de ouro, bauxita e diamantes. Essa configuração representa um desafio de duração indefinida para o país, porém, a despeito dessa condição, a presidenta do Suriname garante que seu objetivo é manter as florestas em pé. No início de novembro, Geerlings-Simons concedeu uma entrevista ao Mongabay e afirmou que o desafio é grande, mas que está trabalhando a partir de uma visão moderna sobre a floresta, o que significa gerar capacidades de financiamento que mantenham a

floresta em pé, dar incentivos ao ecoturismo e fomentar créditos de carbono verde — ferramenta esta que o Suriname vem desenvolvendo nos últimos anos [2].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/11/lula-tem-reuniao-bilateral-com-a-presidente-do-suriname-jennifer-geerlings-simons>.
- [2] Disponível em: <https://news.mongabay.com/2025/11/surinames-plan-to-capitalize-on-carbon-qa-with-president-jennifer-geerlings-simons>.

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Em novembro, a Venezuela foi representada na 30ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas de Combate às Mudanças Climáticas (COP 30) pelo ministro do Poder Popular para Relações Exteriores, Yván Gil. [1] No evento, a Venezuela aderiu à proposta da OTCA de ativação de uma Comissão de Florestas e Clima. A iniciativa tem como objetivo fortalecer o multilateralismo e a soberania dos países que compõem a organização. [2] O anúncio foi feito pelo ministro Ricardo Molina, do Poder Popular para o Ecosocialismo, durante sua participação no Encontro de Ministros do Meio Ambiente da OTCA. [3]

Além disso, em novembro tiveram continuidade as ações de combate a mineração ilegal na Amazônia venezuelana. Em anúncio no dia 13 de novembro, o comandante Domingo Hernández Lárez informou que materiais e gasolina foram apreendidos em uma zona próxima a uma comunidade indígena. [4]

Referências

- [1] Disponível em: <http://radiomundial.com.ve/venezuela-expone-avances-ambientales-en-la-cop30/>
- [2] Disponível em: <https://primicia.com.ve/nacion/venezuela-se-suma-a-propuesta-para-activar-comision-de-bosques/>
- [3] Disponível em: <https://radioamerica.com.ve/venezuela-se-adhiere-a-la-comision-de-bosques-y-clima/>
- [4] Disponível em: <https://lapatilla.com/2025/11/13/fanb-se-atribuye-la-destruccion-de-materiales-y-equipos-utilizados-para-la-mineria-ilegal-en-amazonas-fotos/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

O mês de novembro foi de muitas atividades para os representantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em virtude da realização da COP 30, em Belém. No dia 5, membros da organização participaram do *workshop* internacional “Gestão dos sedimentos na bacia do Rio Amazonas e nos grandes rios do mundo” realizado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) [1]. O evento discutiu exemplos de boas práticas na Europa e na Ásia, projetos de monitoramento dos fluxos de sedimentos e soluções adaptadas à região amazônica. O Plano de Ações Estratégicas (PAE) da OTCA serviu como referência para o debate sobre a hidrodinâmica e o transporte sedimentar dos grandes rios e a avaliação dos fluxos de erosão, transporte e sedimentação na região, com ênfase nos Rios Madeira e Amazonas.

No dia 9, o governo da Suíça, através da *Swissnex* e da Agência Suíça de Cooperação, anunciou a doação de R\$ 33 milhões para compor o Fundo Amazônia, mecanismo gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) do Brasil [2]. A cerimônia que oficializou a doação contou com a participação do Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand, e da ministra Marina Silva. O Fundo é uma referência para a cooperação internacional para o clima e apoia iniciativas de proteção ambiental, desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades que residem na Amazônia, chegando a 75% dos seus municípios e recolhendo R\$ 1,2 bilhão em financiamentos por ano. Ele também é apoiado por Alemanha, Noruega, Reino Unido, Dinamarca, Estados Unidos, Japão, Irlanda e União Europeia.

No primeiro dia da COP 30, os membros do Observatório Regional Amazônico (ORA) promoveram um painel sobre os pontos de não-retorno da Amazônia [3]. Os palestrantes apresentaram dados coletados na plataforma MapBiomass e alertaram sobre os efeitos das mudanças climáticas e do desmatamento na região, além de seus impactos socioambientais. Durante o evento foram apresentados nove *policy briefs* produzidos por especialistas do ORA, reunidos na Coleção Trajetórias Amazônicas, que fazem recomendações estratégicas sobre temas prioritários para a região como manejo do fogo e gestão de recursos hídricos [4]. O encontro encerrou com recomendações do Painel Científico para a Amazônia, como a conservação e restauração da conectividade ecológica e sociocultural da região, apoio aos povos indígenas e comunidades locais e

colaboração transfronteiriça para gestão de recursos compartilhados e combate a atividades ilícitas.

No dia 11, autoridades da OTCA participaram da jornada “Manhã das Economias Sustentáveis/Sociobioeconomia”, com foco na promoção do diálogo sobre alternativas para uma economia amazônica sustentável [5]. Neste evento foi apresentada a Estratégia de Economias Sustentáveis da Amazônia, documento aprovado pelos oito países-membros da OTCA, que versa sobre políticas, investimentos e cooperação técnica para o fomento da sociobioeconomia da Amazônia. As discussões apontaram ações em curso e desafios que persistem para o desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis, como a falta de coordenação regional em setores-chave. Dentre os pontos principais, os participantes destacaram a necessidade de criação de marcos regulatórios estáveis, mais incentivos públicos e maior participação do setor privado como estímulos a uma economia mais sustentável. Nesses marcos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) anunciou um plano de cooperação técnica regional em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a OTCA para implementar as ações indicadas no documento.

No dia 13, delegações e ministros do Meio Ambiente dos oito países-membros pan-amazônicos se reuniram na Zona Azul da COP 30 e declararam apoio a reativação do mecanismo intergovernamental de coordenação ambiental da OTCA [6]. Um dos principais anúncios da reunião foi o Projeto Regional “OTCA – Florestas e Mudanças Climáticas” que receberá um aporte de R\$ 55 milhões do Fundo Amazônia para fortalecer os sistemas nacionais de monitoramento florestal, com o apoio técnico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Outra iniciativa para o fortalecimento das capacidades nacionais foi a assinatura do Acordo de Financiamento e Implementação para o Programa Regional de Gestão Integrada do Fogo na Floresta Amazônica [7].

O documento, assinado pela OTCA, pelo Banco de Desenvolvimento KfW, em nome do Ministério Federal Alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) e o IICA prevê um investimento total de \$ 18,7 milhões de euros em ações para prevenir, responder e recuperar regiões afetadas por incêndios florestais. O programa, que durará três anos e meio (2026-2029), dialoga com a Rede Amazônica de Gestão Integral do Fogo (RAMIF), mecanismo técnico-político da OTCA, e com o ORA.

No dia 15, lideranças indígenas se reuniram no pavilhão da OTCA para participar de um painel sobre o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI) [8]. Um dos

pontos centrais do MAPI, que começará a ser implementado em dezembro, é a criação de um sistema de copresidência, no qual cada país será representado por um delegado governamental e um delegado indígena. Essa estrutura visa garantir a participação efetiva dos povos e comunidades no desenho de políticas e ações que englobam os territórios da Bacia Amazônica. A Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, Sônia Guajajara, falou sobre a importância do MAPI na proteção da biodiversidade amazônica.

Outro tema central na participação da OTCA na COP 30 foi a segurança alimentar. No dia 18, membros da organização participaram do evento “Substituir para transformar: Evidências para impulsionar os sistemas alimentares amazônicos” [9]. A valorização do conhecimento local foi considerada essencial para o desenho de sistemas alimentares que englobem as necessidades nutricionais das comunidades locais. Entre os obstáculos para a criação desses sistemas estão o avanço de monocultivos industriais e a comercialização de alimentos importados e ultraprocessados na região. Um estudo desenvolvido pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) e pela OTCA mostrou que a substituição de alimentos importados por aqueles produzidos localmente tem impactos positivos sobre a economia local e o meio ambiente. O evento contou com a moderação de Rathna Kewal, Coordenadora de Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável da OTCA.

Nos dias finais da COP 30, a OTCA e a Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ) firmaram uma Carta de Intenções para fortalecer iniciativas científicas, a inovação, a tecnologia e a educação intercultural na Amazonia [10]. O objetivo da parceria é fortalecer redes de pesquisa e fomentar capacidades nacionais, reconhecendo as universidades como agentes dessa transformação. O anúncio cumpre o mandato da Resolução RES/XIV MRE-OTCA/26, que reativou o diálogo interinstitucional, e as premissas da Declaração de Belém de 2023 e da Declaração de Bogotá de 2025. A carta prevê o estímulo a integração acadêmica, o fortalecimento de capacidades para jovens pesquisadores, comunidades e povos indígenas, a valorização dos saberes tradicionais e o intercâmbio de dados por meio do ORA. Nos próximos três meses, OTCA e UNAMAZ definirão um plano de trabalho conjunto.

De modo a caminhar para o cumprimento de mais uma das prerrogativas da Declaração de Belém, no dia 19, a OTCA anunciou uma proposta de mecanismo financeiro: o Mecanismo Amazônico para Cooperação e Ação (MACA) [11]. A meta dos países é reunir US\$ 250 milhões em um período de 10 anos a partir de contribuições de entidades e bancos multilaterais. Para Martín Von Hildebrand e demais participantes do encontro, o MACA se apresenta como uma estratégia autônoma dos países na obtenção

de financiamentos que ajudarão a alcançar os objetivos de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável na região. Mesmo assim, o lançamento do mecanismo é apenas o primeiro passo para a efetivação de uma política de financiamento própria dos países amazônicos que seguirão em busca de recursos.

Referências

- [1] Disponível em: <https://ufam.edu.br/noticias/7200-evento-internacional-aborda-desafios-tecnicos-economicos-e-politicos-para-se-monitorar-a-bacia-do-rio-amazonas-e-outros-grandes-rios-do-mundo.html>
- [2] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/suica-oficializa-nova-doacao-de-r-33-milhoes-ao-fundo-amazonia-na-cop30>
- [3] Disponível em: <https://cop30.otca.org/pt/cientistas-apresentam-cenarios-criticos-e-recomendacoes-para-evitar-colapso-da-floresta-amazonica/>
- [4] Disponível em: <https://cop30.otca.org/pt/ora-lanca-colecao-de-publicacoes-tematicas-no-primeiro-dia-da-cop-30/>
- [5] Disponível em: <https://cop30.otca.org/pt/paises-amazonicos-impulsionam-uma-nova-agenda-economica-baseada-na-sustentabilidade/>
- [6] Disponível em: <https://cop30.otca.org/pt/ministros-amazonicos-acordam-agenda-na-cop30-e-anunciam-projeto-regional-de-monitoramento-florestal/>
- [7] Disponível em: <https://cop30.otca.org/pt/otca-kfw-e-iica-lancam-novo-programa-para-fortalecer-a-gestao-integral-do-fogo-na-amazonia/>
- [8] Disponível em: <https://cop30.otca.org/pt/liderazgos-indigenas-debaten-el-mecanismo-amazonico-de-pueblos-indigenas/>
- [9] Disponível em: <https://cop30.otca.org/pt/substituir-para-transformar-evidencias-que-impulsionam-os-sistemas-alimentares-amazonicos/>
- [10] Disponível em: <https://cop30.otca.org/pt/otca-e-unamaz-firmam-parceria-para-impulsionar-uma-agenda-regional-de-ciencia-e-inovacao-na-amazonia/>
- [11] Disponível em: <https://cop30.otca.org/pt/otca-anuncia-mecanismo-amazonico-para-cooperacao-e-acao/>